

A AUTOPRODUÇÃO DO ESPAÇO E O TRABALHO DE REPRODUÇÃO:

um estudo de caso da comunidade Noiva do Cordeiro

Sessão Temática 2: Produção do comum e experiências autogestionárias

Abordagem 2: Os bens coletivos produzidos a partir de iniciativas de moradores, movimentos e organizações

Viviane Zerlotini da Silva

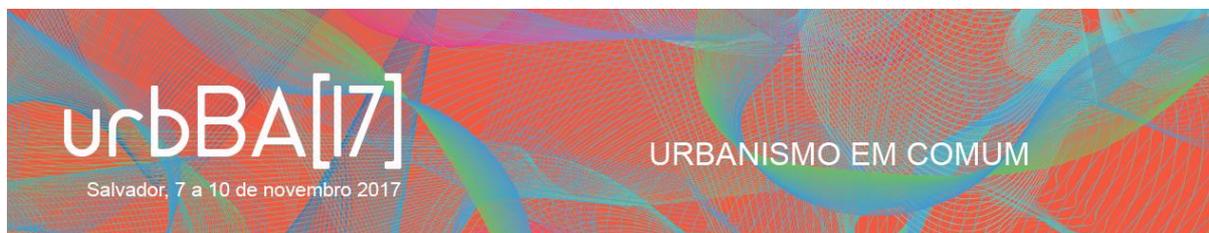
Doutora em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (EA-UFGM) e professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. zerlotini@oi.com.br

RESUMO

A produção do espaço pelos grupos associados contém um componente emancipador, de autodeterminação no processo de decisão, pois diante de constrangimentos da produção do espaço pelo Estado ou iniciativa privada, esses grupos produzem o seu próprio espaço, ainda que por necessidade e não por opção. Embora a autoprodução apresente limitações, como a escassez de recursos e a precariedade, há vestígios de uma outra racionalidade, pautada em critérios que privilegiam a reprodução de seus membros, que, neste artigo, denomino de racionalidade reprodutiva. Tal racionalidade não pressupõe relações hierárquicas para se estabelecer, o que pode indicar uma produção autônoma do espaço. A comunidade Noiva do Cordeiro, ao mesmo tempo em que detém as decisões sobre o processo de produção, elabora arranjos sócio-espaciais outros, como a união entre moradia e trabalho, as relações de proximidade entre os membros do grupo, a organização horizontal do trabalho de (re)produção, a coabitação da família estendida, os efeitos úteis da força social de trabalho, a combinação de várias escalas de ação, o desenvolvimento das capacidades efetivas dos indivíduos, o livre intercâmbio de ideias, a posse coletiva da terra e de seus meios de (re)produção e os espaços políticos.

PALAVRAS-CHAVE

Produção do Espaço; Racionalidade Reprodutiva; Espaço Político; Noiva do Cordeiro.



A AUTOPRODUÇÃO DO ESPAÇO E O TRABALHO DE REPRODUÇÃO: um estudo de caso da comunidade Noiva do Cordeiro¹

1 INTRODUÇÃO

É impossível investigar a comunidade Noiva do Cordeiro sem compreender o trabalho de reprodução realizado por seus membros para garantir as condições de sobrevivência e o bem-estar. Nesse estudo de caso, em especial, a racionalidade reprodutiva foi fundamental para a comunidade se emancipar de anos de pobreza material e política, advindas das relações de opressão de gênero, determinadas por uma cultura patriarcal e por preceitos religiosos. Os achados desse estudo de caso confirmam a hipótese da pesquisa referente à importância da precedência da reprodução sobre a produção, na medida que essas descobertas ilustram a mobilização de mulheres frente às determinações de uma racionalidade produtivista.

Para melhor compreensão, apresento a comunidade antes de detalhar o modo de produção do espaço e a organização do trabalho. Os dados a seguir foram coletados em visitas técnicas e entrevistas realizadas com quatro integrantes da comunidade ao longo do ano de 2013²: uma liderança da comunidade e representante na Câmara de Vereadores do município de Belo Vale; seu irmão e o responsável pelos assuntos referentes à lavoura e à criação; e as irmãs responsáveis por agendar visitas e acompanhar os visitantes no local.

É importante lembrar que os espaços de uso coletivo são patrimônio de família, cuja matriarca consente o seu uso por membros agregados. O padrão reprodutivo da produção do espaço caracteriza-se pela união entre espaço de moradia e de trabalho, pelas relações de proximidade entre os membros do grupo, pela coabitação familiar, pela propriedade comunal do espaço e de seus meios de (re)produção.

¹ Esse artigo é um extrato da Tese de Doutorado intitulada ESPAÇOS COLETIVOS DE TRABALHO: entre a produção e a reprodução, defendida em março de 2014, cujos órgão de fomento CAPES, CNPq e FAPEMIG concederam bolsas de pesquisa para a autora e a equipe de bolsistas de iniciação científica. A pesquisa baseou-se em quatro estudos de caso: coletivos artesãos, triadoras, bordadeiras e costureiras, realizados entre 2013-4, e localizados em Minas Gerais. Optou-se por reproduzir aqui o estudo de caso do coletivo de costureiras porque, dentre os quatro, este demonstrou maior capacidade de autogestão do espaço da comunidade onde o coletivo costureiras está inserida.

² Realizei três visitas em companhia de outros pesquisadores do grupo de pesquisas Morar de Outras Maneiras (MOM), nos meses de junho e setembro de 2013. Em ambos os casos, foi aplicada a técnica de coleta de dados “entrevista narrativa”, de natureza autobiográfica. Sobre a técnica, ver Bauer, 1996; Elliott, 2005.

2 A COMUNIDADE

A comunidade (figura 01) está localizada na área rural do município de Belo Vale, próximo ao distrito de Roças Novas de Cima, distante 80 km de Belo Horizonte. Uma das lideranças da comunidade estima que, em 2013, havia cerca de 300 pessoas morando na comunidade³.

Figura 01: Foto de satélite da comunidade Noiva do Cordeiro.



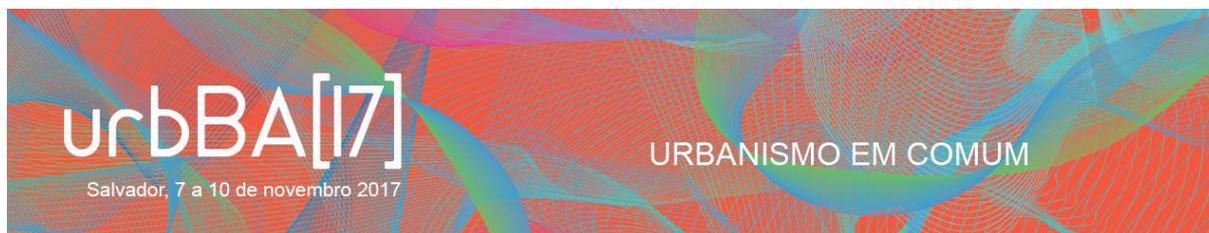
Fonte: Google Maps, 2011.

A história da comunidade (quadro 01) tem forte relação com duas outras comunidades rurais de Minas Gerais: Monte Sião, em Montes Claros, e Mouras, em Desterro de Entre Rios. O pastor Anísio Pereira chegou à região nos anos 1940. Na ocasião, era pastor da Igreja Batista e discordou dela, fundando uma nova igreja denominada Noiva do Cordeiro.

Em suas viagens pelo interior de Minas Gerais fundou as duas comunidades Noiva do Cordeiro, citadas anteriormente. No início, essas comunidades tinham um projeto comum de construção de comunidades religiosas.

Com o tempo, todas essas comunidades romperam com a igreja, devido à rigidez dos preceitos religiosos, em um forte movimento organizado pelas mulheres. Dentre esses preceitos, a proibição de controle de natalidade foi percebida por elas como um obstáculo à reprodução da comunidade, pois o grupo não produzia alimento suficiente para sanar a fome de todos. Mas percebe-se que a ética cristã de ajuda mútua permaneceu até os dias de hoje. Essa ética determinou a postura orientada para “a liberdade”, “o respeito” e para

³ O número de moradores varia em função de se obter emprego ou não em Belo Horizonte.



“trabalhar para viver”, e não o contrário: “morrer de tanto trabalhar”, nas palavras das lideranças.

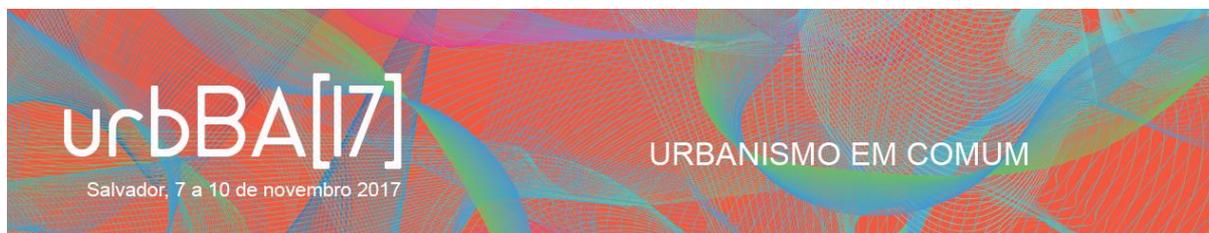
As terras onde Noiva do Cordeiro está localizada são de Geralcina Maria Fernandes, por sua vez herdadas do marido e do pai. A cada necessidade de nova construção, seja individual (residência) ou comunitária, é solicitada a ela uma autorização, concedida verbalmente. Parte da comunidade vive em um terreno menor, contíguo ao de Geralcina. Essa parte menor pertence a Maria Matuzinha Fernandes, cunhada de Geralcina. Há terras contíguas à comunidade que ainda pertencem aos membros da primeira geração. A posse do terreno não está legalizada. Não existe escritura, apenas um documento de partilha.

Quadro 01: Breve histórico da comunidade Noiva do Cordeiro

1888 – Casamento Maria Senhorinha de Lima e Arthur Pierre
1890 – União entre Maria Senhorinha de Lima e Francisco Augusto Araújo Fernandes
1950 – Chegada do pastor Anísio
1950 – Início dos trabalhos com a igreja no local
1961 – Casamento Delina e pastor Anísio
1965 – Registro da Igreja Evangélica Noiva do Cordeiro
1970 a 90 – Só dificuldades e miséria extrema
1990 – Comunidade começa a questionar os preceitos rígidos
1993 – Extinção da igreja
1994 – Construção do anexo do casarão
1995 – Falecimento de Anísio
1999 – Criação da Associação Comunitária Noiva do Cordeiro (ACNC)
1999 – Criação da fábrica de lingerie e artesanatos
2004 – Construção da Casa Mãe (salão e quartos)
2004 – Eleição de Rosalee para vereadora no município de Belo Vale
2006 – CIDEDEC (Centro de Informática e Desenvolvimento da Educação Comunitária), implantado pela Vale, CDI e ACNC (sem acesso à internet)
2006 – Reportagem no Estado de Minas (Primeira Escola de Informática da Zona Rural do Estado de MG)
2008 – Documentário “Noivas do Cordeiro” do canal de TV GNT
2008 – Patrocínio da empresa Vale do Rio Doce para um ano de internet
2010 – Construção da Casa Amarela (dormitórios)
2010 – Formalização da Fábrica Noiva do Cordeiro Confecções LTDA.
2011 – Construção da cozinha comunitária

Fonte: Noivas do Cordeiro, 2013

Segundo as informantes, o modo de vida comunitário consiste na união atrelada à liberdade individual, e não ao individualismo. O que é um “sistema livre”? “Livre é a pessoa que se sente responsável e não espera ninguém mandar”; “quando as pessoas se preocupam, fazem de boa vontade”. O sistema comunitário ou o “sistema de viver em comum” é expresso pelas frases “aqui cada um quer para todo mundo”; “quando une, tudo fica mais forte”. Quando pergunto o que “cada um quer”, uma das lideranças a responde com a expressão “qualquer benefício”. Além da liberdade de escolha e do espírito coletivo, outros preceitos determinam a postura cotidiana. A aprendizagem com outras gerações, com a história de vida anterior ou com a experiência de cada um é muito valorizada. Por exemplo, a escassez de alimentos em épocas passadas determinou a ideia de fartura. E explicam: “é



necessário plantar a mais para remediar a seca, a chuva”. Outro exemplo são as novas construções comunitárias: o grupo de pedreiros e de carpinteiros, antes de planejar o espaço do refeitório comunitário, consultou a cozinheira sobre o que a deixava “perturbada” quando preparava a comida.

A experiência de vida também é valorizada através do teatro e de filmagem de depoimentos realizada pelos próprios moradores. Um morador, membro do grupo denominado Vídeo Noivas, acredita que o teatro, por emocionar mais as pessoas, tem um poder maior de sensibilizá-las para determinado tema: “O teatro emociona mais. E na questão da educação, por exemplo, o teatro passa melhor a mensagem que um vídeo. Os filmes funcionam mais como uma ferramenta documental do que de ensino, como uma prestação de contas para as pessoas” (Noivas do Cordeiro, 2013).

O conhecimento também é adquirido mediante jogos organizados pela comunidade e pela forma tradicional: as crianças frequentam a escola municipal de Roças Novas de Cima. Paralelamente à educação formal e burocrática, denominada assim pela comunidade, há também a formação das crianças nos valores comunitários. Uma pessoa da comunidade trabalha nessa formação, todos os dias, por cerca de duas horas. Há aproximadamente 50 crianças vivendo na comunidade. Há poucos adolescentes, em função do controle de natalidade iniciado logo após o fechamento da igreja.

Existem na área (figura 02) várias residências, que abrigam duas ou três famílias de parentesco próximo (as entrevistadas não souberam dizer quantas residências existem no local, mas a contagem na imagem de satélite datada de 2011 indica mais de 20; além de três dormitórios e a cozinha comunitária. Os três dormitórios são denominados de “Casarão” (sede da fazenda), que abriga visitantes ocasionais; “Casa Mãe”, onde mora a matriarca da comunidade, abrigando um salão multifuncional para eventos; e “Casa Amarela”. No pilotis da Casa Amarela há uma oficina, uma fábrica de produtos de limpeza e uma marcenaria de móveis rústicos.

A área abriga também horta e criação comunitárias, fábrica de costura e fábrica de produtos de limpeza, paiol e outras construções para beneficiamento do milho, arroz etc. A antiga igreja Noiva do Cordeiro, construída em adobe, foi deteriorando-se com o tempo e a construção não existe mais. Hoje no local há o centro de lazer da comunidade, com lanchonete e campo de futebol gramado (figura 02).

A comunidade reúne-se em todos os sábados para apresentações artísticas no espaço multifuncional, em um encontro iniciado às 18h e denominado Sábado da Viola. Além dessas apresentações, a comunidade junta-se para celebrar aniversários, casamentos e realizar outras manifestações espontâneas de demonstração de afeto entre eles (pedido de desculpas, solicitações de namoro, expressão de gratidão etc).

Uma das lideranças esclarece que o conhecimento foi uma forma que as mulheres encontraram para questionar os preceitos rígidos do pastor evangélico, seu pai. Segundo ela,

ele estudava todas as religiões para provar que a sua era a melhor. Ela percebeu, nessa atitude do pai, a forma de questioná-lo. Assim, as mulheres organizaram grupos de estudo para buscar contra-argumentos. Essa prática permanece até hoje e a comunidade encontra-se para discutir determinados assuntos, principalmente, através de jogos, denominados “jogos de conhecimento”. Após decidirem um tema, buscam na Internet informações para elaborar perguntas, que são dirigidas às equipes.

Há outros tipos de encontros, além dos jogos. Quando há uma questão que a comunidade precisa discutir e decidir, convocam-se os moradores de Noiva do Cordeiro, através de bilhetes. Não há uma periodicidade das reuniões, somente quando é necessário. Uma das lideranças também esclarece que não há necessidade de registrar as reuniões em atas. Ela argumenta que se algo já foi discutido e decidido por todos que participaram das reuniões, então a palavra vale mais que um documento.

Figura 02: Distribuição das construções na comunidade Noiva do Cordeiro



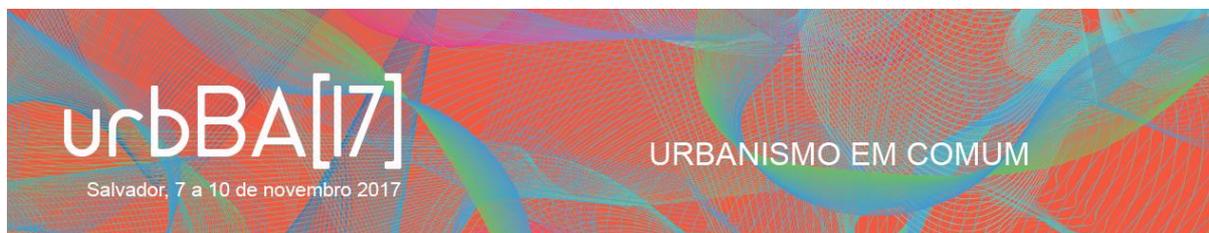
Legenda:

- | | | | |
|------------------------------|--------------------------|--------------------|----------------------|
| 1 Centro comunitário | 4 Casa Mãe (figura 85) | 7 Casa de máquinas | 10 Criação |
| 2 Fábrica de <i>lingerie</i> | 5 Refeitório | 8 Abrigo trator | 11 Horta comunitária |
| 3 Casarão (figura 84) | 6 Casa Amarela (fig. 86) | 9 Galinheiro | |

Observação: O centro comunitário (1) e o refeitório (5) foram construídos posteriormente à data da foto aérea.

Fonte: Google Maps, 2011

As atitudes da matriarca Delina também são espelho para todos, segundo as entrevistadas. Suas solicitações sempre consideram o bem-estar de cada membro da comunidade: mutirão para a construção da casa de alguém, auxílio para o cuidado de um idoso etc.



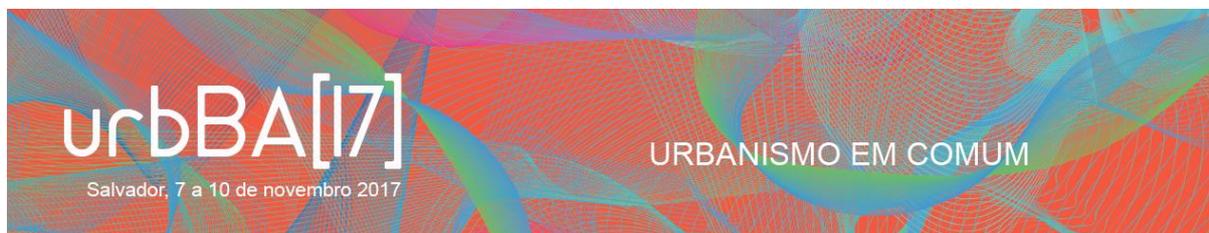
Os membros da comunidade ocupam-se da lavoura, da horta comunitária, da criação de animais, além de atividades domésticas como o preparo de comida, cuidado de crianças e idosos, de lazer, como teatro, dança e música, da construção de edificações e de atividades burocráticas, como formalização da associação e elaboração de projetos para obtenção de recursos junto a instituições. Pode-se inferir, a partir das questões anteriores, que na comunidade Noiva do Cordeiro as decisões são baseadas no universo da reprodução, sendo que este determina as decisões sobre a esfera da produção.

3 A PRECEDÊNCIA DA REPRODUÇÃO

A precedência da reprodução sobre a produção (Kapp e Lino, 2008) é constatada no caso estudado a partir da dependência que o ser humano em geral tem das atividades de cuidado e proteção (Díaz, 2010). A partir da premissa de que o espaço contém, determina e dissimula as relações sociais (Lefebvre, 1991 [1974]), essa dependência se reflete de forma negativa ou positiva também na produção do espaço. Formas negativas de dependência consistem na vulnerabilidade individual ou social a que os membros de uma sociedade estão submetidos. Já formas positivas consistem na capacidade de cada membro criar vínculos sociais com autonomia, fundamentados na esfera da reprodução.

Neste artigo apresento aspectos da produção do espaço que evidenciam a precedência da reprodução sobre a produção. Emprego a expressão “racionalidade reprodutiva” para indicar essa precedência e a sentença “racionalidade produtiva” para indicar a lógica que subjugua a reprodução às determinações da produção. De modo a evitar interpretações equivocadas, deve-se esclarecer que a “racionalidade reprodutiva” não é oposta à “racionalidade produtiva”, ou seja, não se trata de adotar os estereótipos da mulher solidária, bondosa e caridosa e do homem econômico, frio e calculista. (Estereótipos que correspondem ao mero reconhecimento do papel da mulher – ou, pior, da “mulher guerreira” – na reprodução da força de trabalho e que não desmancham as perversas relações de gênero em uma sociedade capitalista, pois continua atribuindo às mulheres a responsabilidade pela reprodução, em vez de possibilitar produção e reprodução da vida por (re)produtore/as livremente associado/as). Também não se trata de idealizar a construção de vínculos sociais na esfera da reprodução, pois ela não ocorre sem conflitos.

A negociação desses conflitos se dá em espaços denominados, neste artigo, “espaços políticos”, onde os membros associados se reúnem para discutir e buscar soluções na esfera da reprodução, sem a intermediação de instituições reificadas, como entidades do poder público ou da organização da sociedade civil. Os espaços políticos são mais o agrupamento de pessoas que debatem sobre determinada questão, do que necessariamente um espaço físico. Quanto maior a automeiação do indivíduo social (Mészáros, 2006 [1970]), ou quanto maior a atuação ativa dos indivíduos na determinação dos aspectos da vida, mais abrangentes são esses espaços. O espaço político também não é um “modelo” particular de organização social. É um espaço criado pelos indivíduos de uma comunidade para apoiar



suas atividades. Nele, os membros discutem normas para organização da força de trabalho social e elaboram estratégias para enfrentamento de imposições externas. É também nele que ocorre o livre intercâmbio de ideias. Esse livre intercâmbio proporciona o acesso ao conhecimento e, conseqüentemente, vislumbra uma produção autônoma do espaço, mediante a tomada consciente de decisão, em várias escalas de ação.

O geógrafo Marcelo Lopes de Souza (2013), em livro intitulado “Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial”, esclarece que o conceito de escala geográfica é uma construção social. Decorre daí que as escalas de análise de um fenômeno sócio-espacial, como é o caso da produção do espaço pelos coletivos de trabalho, não podem ser determinadas com antecedência pelo pesquisador que se ocupa de investigar tal fenômeno. As escalas são reconstruídas durante o curso da pesquisa. Dessa forma, evita-se que o quarteto “escalas local, regional, nacional e internacional” caiam em formalismos. E Souza (2013) exemplifica a construção social e histórica das escalas a partir de sua experiência com os movimentos sociais. “Exemplificando, um movimento social constitui, por meio e ao longo de sua luta, uma escala ou várias escalas de ação, que podem ou devem ser tomadas igualmente como escalas de análise relevantes pelos pesquisadores” (p. 194). É o que a pesquisa de campo demonstrou: os moradores elaboram ações tanto em âmbito local, quanto regional, nacional, por vezes, internacional. A abrangência de suas ações depende da consolidação das ações locais. Ou seja, quanto mais consolidadas as ações locais, maior a abrangência de outras escalas de ação.

4 RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO

A comunidade apresenta várias estratégias para a produção do espaço. O caráter coletivo e político desse espaço fica evidente. Os aparatos empregados para a produção do espaço de uso coletivo são próprios de uma racionalidade reprodutiva, como o mutirão, a “vaquinha”, os efeitos úteis do trabalho combinado, nos termos empregados por Marx - como a emulação, a elevação da potência mecânica, a ampliação ou a redução do espaço de trabalho, a poupança dos meios de produção etc.

A comunidade também recorre ao capital social para obtenção de recursos econômicos junto a outras comunidades Noiva do Cordeiro e instâncias de decisão política. O capital cultural também é utilizado, no sentido de a comunidade apresentar disposição para o aprendizado e converter as manifestações artísticas em bem-estar para os moradores. O capital simbólico é explorado pelas atividades de turismo local.

Outro recurso usado na produção do espaço é a experiência anterior no uso e a simulação no local de situação futura. A produção do espaço da fábrica, por exemplo, contou com o auxílio da Prefeitura, que disponibilizou o material e a mão de obra para a construção do galpão, com a disponibilidade dos moradores para construir o anexo, em regime de mutirão, e com as sobras das vendas dos produtos da fábrica, o que possibilitou a compra de novos equipamentos.

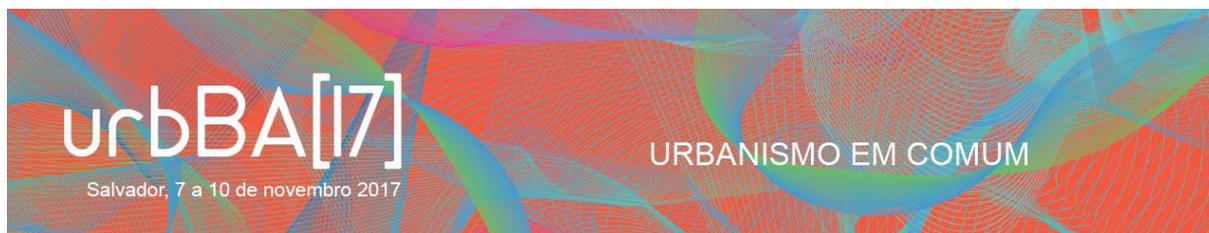


A produção do espaço de famílias extensas segue uma lógica um pouco diferente, porque o material de construção é obtido através do trabalho assalariado dos homens que exercem a profissão de pedreiro em Belo Horizonte, durante a semana. Mas estão presentes na produção desse espaço: o conhecimento adquirido pela experiência na construção civil e os laços de solidariedade que possibilitam a adoção de regime de mutirão entre os membros da família e da comunidade. A simulação do espaço futuro é realizada por croquis, provavelmente um recurso aprendido a partir da prática de pedreiro em Belo Horizonte.

O caráter coletivo da produção do espaço indica a precedência do universo da reprodução sobre a produção. As decisões são tomadas visando o bem-estar da comunidade. A acumulação de capital coletivo proporcionou distinção da comunidade em relação aos seus vizinhos, que em um passado recente a desqualificavam. No entanto, nas visitas à comunidade em 2013, constatamos um aumento considerável de comercialização das atividades genuínas da comunidade, como as apresentações artísticas, que cada vez mais são contratadas para eventos externos; a lavoura que, além de subsistência, hoje é também comercial; e o próprio modo de vida comunitário, que paulatinamente exige mais tempo e pessoas da comunidade envolvidas com o turismo.

Ao se associarem, evidentemente, os coletivos de trabalho mobilizam a força de trabalho social, familiar e de vizinhança. Os efeitos úteis do trabalho combinado aplicam-se nos trabalhos de produção e reprodução. No caso do coletivo costureiras, quando as mulheres optam por juntar em um mesmo local as máquinas de costura de cada uma, elas buscam a poupança dos meios de produção, em virtude de seu uso comum, e a redução do espaço em relação à escala de produção. “Custa menos trabalho construir uma oficina para 20 pessoas do que 10 oficinas, cada uma com capacidade para duas pessoas [...]” (Marx (2010 [1859]), 377). A comunidade onde elas estão inseridas utiliza outros efeitos do trabalho combinado na esfera da produção e da reprodução. Assim, a redução do espaço em relação à escala de (re)produção é um recurso empregado nas construções de uso coletivo, como no refeitório, na cozinha e nos dormitórios. Nas atividades na lavoura, na catação de lenha ou na construção, os membros da comunidade empregam o recurso da emulação entre os indivíduos, cujas cantigas os animam e os estimulam na execução de tarefas repetitivas, como passar o produto da colheita, a lenha ou o tijolo de mão em mão, facilitando o seu transporte, ou seja, tarefas que a própria comunidade denomina de “trabalho de formiguinha”.

A atividade de preparar a refeição para todos recorre ao efeito útil do trabalho coletivo, quando a cozinha conta com a atuação de uma equipe de ajudantes para realizar as diversas operações, ao mesmo tempo, em um processo complicado: uma limpa o alimento e a outra prepara, uma cozinha, enquanto outras arrumam o salão do refeitório para servir os alimentos, e, parafraseando Marx (2010 [1859]), o preparo da comida alcança um resultado impossível de se obter sem essa cooperação. O regime de mutirão atinge outro efeito útil, quando é necessária a mobilização de muito trabalho em momento crítico, como a colheita da lavoura, a limpeza do feijão da safra atual, a construção de uma edificação de uso coletivo, a reposição do estoque dos artigos da fábrica para que o grupo possa participar de



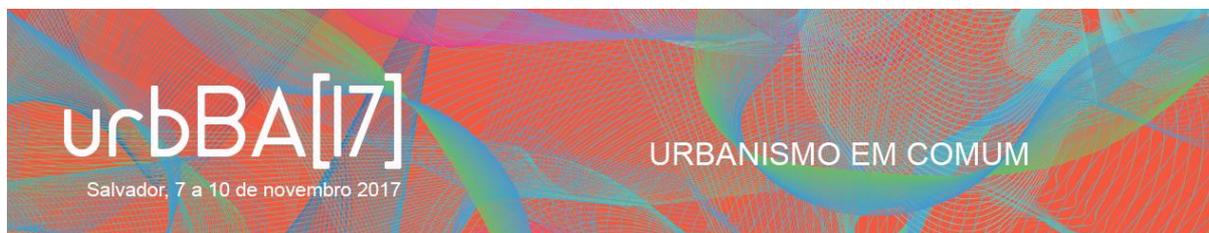
feiras e eventos etc. No caso do mutirão, o empréstimo do trabalho individual assume a forma de doação em espécie, quando o indivíduo não tem disponibilidade. Nesses casos, o trabalho individual é substituído por uma quantia em dinheiro ou por um objeto, como nas construções de edificação de uso coletivo, quando os indivíduos doam dinheiro ou material de construção.

Outro regime de trabalho, não indicado por Marx, mas que também produz um efeito útil, refere-se àquele feito em escala, quando há necessidade de revezamento dos membros da comunidade no desempenho de determinadas tarefas, a fim de evitar a sobrecarga. Assim, a comunidade organiza-se em turnos nos cuidados de crianças e idosos, de modo a impedir a sobrecarga dos cuidadores, ou nas atividades turísticas, por exemplo. Em especial, esse último efeito útil indica que as jornadas coletivas, próprias da cooperação simples, buscam de fato a “poupança de tempo de trabalho”. Quando é possível acumular riquezas, essa poupança expressa-se em produzir maior quantidade de valores de uso, comparados à soma de jornadas individuais, ao reduzir o tempo necessário para a obtenção de determinado efeito útil (Marx, 2010 [1859]).

Mas quando não é possível acumular riquezas, como no caso das atividades de reprodução, a citada poupança mostra-se pela redução do tempo necessário para determinado indivíduo dedicar-se a uma tarefa árdua e cansativa. Essa articulação é importante porque permite constatar que o trabalho de reprodução, não pago ou mal pago realizado por mulheres na atualidade ou por escravos em épocas anteriores, não pode ter seu tempo cronometrado como ocorre com o trabalho de produção. O de reprodução surge em função de demandas. Frases do tipo “Aqui, ninguém espera o outro mandar. Se a lata de lixo está cheia, alguém vai lá e recolhe”, “Se é época de colheita, todo mundo já se prepara para o mutirão” e “Se o bichinho está com fome, alguém dá a ração”, verbalizadas pelas mulheres, demonstram a organização do trabalho em função das tarefas. Nesse sentido, o trabalho reprodutivo pode usufruir dos efeitos úteis daquele combinado, desde que livre de relações sociais opressoras, por intermédio do trabalho em escala ou em mutirão, por exemplo.

O trabalho assalariado é um recurso empregado também pelos membros da comunidade Noiva do Cordeiro, cujos maridos atuam em Belo Horizonte como trabalhadores da construção civil. Desse modo, a comunidade mantém uma casa de apoio na capital mineira, para auxiliar esses homens em suas atividades de reprodução. As práticas sócio-espaciais internas aos coletivos de trabalho combinam as jornadas coletivas e seus efeitos úteis com adequações de sua força produtiva e reprodutiva de trabalho social em uma sociedade capitalista.

Essas adequações referem-se à doação de dinheiro pelos membros, para substituir o empréstimo do trabalho individual, cujas fontes são advindas de programas de redistribuição de renda do Estado como bolsa família ou aposentadoria, e de trabalho assalariado; e ao trabalho disperso e sua reunião periódica em espaço de uso comum, de modo a manter os vínculos entre os membros da associação.

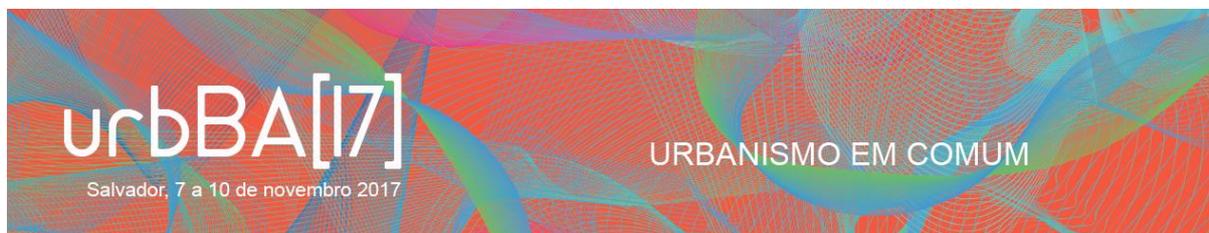


Na comunidade onde o coletivo costureiras está inserida, a livre expressão de habilidades e capacidades é sua característica mais evidente. O modo de vida comunitário e livre é uma conquista historicamente construída pelas mulheres que, em gerações passadas, sofreram com relações opressoras de gênero e de pobreza extrema, como o preconceito e a fome. As falas das mulheres entrevistadas demonstram as normas que elas elaboraram a partir dessa experiência anterior: “a regra é ser livre”; “aqui cada um quer para todo mundo”; “quando une, tudo fica mais forte”. A livre expressão das habilidades individuais em um modo de vida coletivo possibilitou que a comunidade apresentasse vários tipos de manifestações culturais. Além dos grupos de teatro, dança e música, os membros da comunidade empregam outras formas de expressão, como cinema e desenho. Por ocasião da comemoração de aniversário da matriarca, Dona Delina, as paredes do salão da “Casa Mãe” ficou repleto de cartas e poemas elaborados pela comunidade.

As construções também representam expressões das habilidades de seus membros, considerando que os homens pedreiros são considerados exímios profissionais por aqueles que os contratam em Belo Horizonte. Por fim, há de se destacar que as livres manifestações artísticas fazem parte do cotidiano da comunidade, são expressas no dia a dia, caracterizam cada um dos indivíduos, são empregadas para expressar afeto entre os membros da comunidade. O reconhecimento pelo poder público e a valorização dessas práticas pela sociedade em geral, ou em outros termos, o reconhecimento da capacidade de autonomia (Kapp, 2004) das práticas sócio-espaciais favorece a atuação da comunidade em várias escalas de ação. A comunidade recebe constantemente visitantes, brasileiros e estrangeiros, representantes de organizações da sociedade civil e do Estado. Esses contatos externos proporcionaram discussões, negociações e elaborações de projetos para o desenvolvimento econômico e social.

Porém no caso das atividades turísticas de Noiva do Cordeiro, a comunidade desenvolve e explora capital simbólico coletivo, que permite gozar de prestígio social e poder, até mesmo em relação às comunidades vizinhas, que em um passado remoto a desprezavam. A organização interna dos coletivos de trabalho pode ou não se transformar em “capital coletivo simbólico”, nos dizeres de Harvey (2005 [2001]), propiciando distinção social e poder. Assim, os coletivos mobilizam em maior ou menor grau o “capital simbólico coletivo”, na acepção concebida por Harvey (2005 [2001]).

No entanto, Harvey (2005 [2001]) já indicava as contradições do emprego do capital simbólico coletivo. Os limites de a comunidade promover a mercantilização da cultura em um mundo globalizado reside na perda das marcas distintivas, mediante a comercialização demasiada e no consumo restrito devido a necessidade de atenuar a tendência de homogeneização do produto no mercado por meio de seu caráter superespecífico. O perigo da exploração do capital simbólico coletivo é os grupos de trabalho associado organizarem o espaço e o tempo segundo as determinações impostas pelo mercado, reduzindo as possibilidades de uma produção autônoma do espaço por esses coletivos. Desse modo, a modalidade de produção autônoma, enquanto prática política democrática exercida à margem da “urbanidade tecnoadministrativa consensual” (Swyngedouw, 2012 [2007]), está



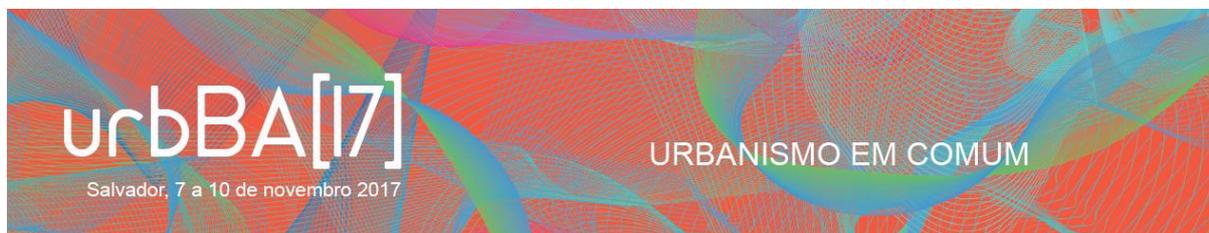
inserida em uma sociedade capitalista.

Quando a comunidade, à qual pertence a associação, tem a oportunidade de atuar em todo o processo de produção, os construtores buscam informações de todo o tipo. Antes de iniciar uma construção, a equipe primeiro conversa com os usuários, como no caso da construção da cozinha/refeitório comunitários. A partir da experiência de uso do espaço anterior, a cozinheira expressou o desejo de separar as áreas de preparo do alimento da área de limpeza dos vasilhames. A definição do tamanho dos cômodos é feita por simulação nos próprios ambientes existentes, comparando-se áreas menores ou maiores. A disposição dos cômodos é definida por croquis, quando várias tentativas são simuladas e discutidas entre os usuários, até se chegar a um acordo final. Os usuários do espaço não apresentam dificuldades em ler os desenhos feitos à mão pelos construtores, geralmente a projeção horizontal da construção, denominada de “planta”. Essa situação foi relatada na construção da casa de um dos moradores da comunidade.

Outro tipo de informação que o grupo pesquisou refere-se aos materiais e técnicas de construção. No caso da cobertura do pátio interno da “casa mãe”, a equipe de construtores perguntou a um engenheiro, que estava visitando a comunidade, qual seria a melhor cobertura para a construção existente. De posse da informação de que a cobertura termoacústica com engradamento metálico seria a mais adequada devido ao grande vão existente, a equipe de construtores descobriu, em anúncio de jornal, um leilão de telhas termoacústicas que se realizaria em Belo Horizonte. Nessa ocasião, a comunidade pode adquirir o material necessário.

Outro recurso empregado pelos coletivos é o desenvolvimento das “capacidades efetivas dos indivíduos” (Mészáros, 2006 [1970]). Assim, os construtores da comunidade aperfeiçoaram seus conhecimentos ao trabalhar em Belo Horizonte e ter contato com novos materiais e técnicas construtivas. O refeitório comunitário, por exemplo, teve seu piso executado em granilite, um piso de concreto com agregado de pedriscos de granito, cuja execução é realizada somente por equipe especializada e que, portanto, foi contratada pela comunidade. Ou seja, além da experiência adquirida no uso de espaços existentes e na construção de outros espaços, com novos materiais e técnicas construtivas, a equipe de construtores recorreu à informação de um técnico, a partir de uma relação de amizade, e à pesquisa de fornecedores de material em outros municípios. O saber fazer e o intercâmbio de ideias contribuíram para o desenvolvimento das capacidades efetivas dos indivíduos de buscar conhecimento para a produção autônoma do espaço.

As situações relatadas anteriormente demonstram a livre troca de ideias e de informações técnicas, o que configura a prática da “mediação”, ou seja, quando o técnico não tem o poder de decisão, mas auxilia os indivíduos na busca de informação (Kapp; Baltazar; Morado, 2008). As interfaces de espacialidade empregadas pelos coletivos de trabalho são os croquis, as simulações do espaço, a autoconstrução. Por sua vez, a comunidade, onde está localizada o coletivo costureiras, demonstra grande capacidade de refletir sobre o atual estado das coisas, para em seguida buscar alternativas. Assim, seus membros autodeterminam vários



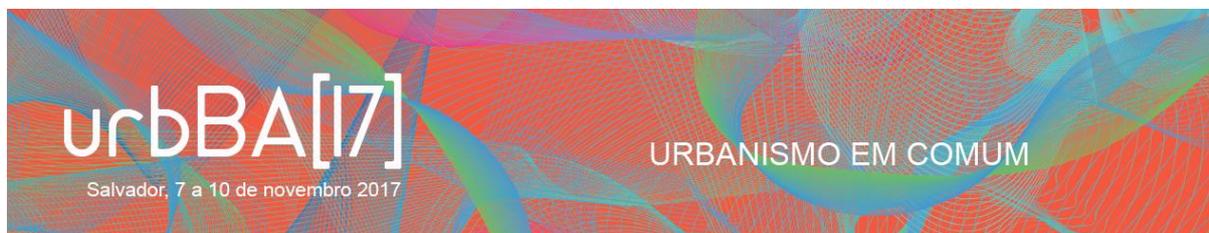
aspectos da vida, não somente na produção do espaço.

A história de vida de seus antepassados está presente na memória de todos, de modo que sirva de estímulo para que a comunidade não reviva os tempos de escassez. A palavra de ordem é “fartura”, a fim de que ninguém da comunidade passe fome em função de mau tempo ou praga. O importante desse momento de superação é o questionamento realizado por um grupo de mulheres dos rígidos preceitos religiosos elaborados pelo pastor. A estratégia utilizada pelas mulheres, de investigar os preceitos religiosos de modo a questioná-los, advém do próprio pastor, que sempre apresentava um argumento para validar seus preceitos, a partir do estudo de outras religiões. A busca de conhecimento aplica-se a outras situações, mas agora livre do culto do sofrimento cristão, que naquela ocasião encobria as relações de gênero. Desse modo, quando a comunidade tem interesse em conhecer algo, utiliza-se de jogos coletivos internos ou de intercâmbio cultural com outras comunidades para obter informações. O relacionamento com os visitantes, provenientes de diferentes regiões do Brasil e do exterior, também é um modo de adquirir esclarecimentos de determinado assunto sobre o qual, porventura, a comunidade tenha interesse.

O desenvolvimento das capacidades efetivas dos membros da comunidade pode ser evidenciado pela grande variedade de grupos culturais e pela fala de cada entrevistado, ao afirmar sua liberdade de escolha das tarefas desempenhadas na comunidade. Enfim, o fato de a comunidade buscar a autorrealização de seus próprios fins, sem delegar a instituições reificadas os processos decisórios, indica sua capacidade de estabelecer processos efetivos de automediação humana.

Segundo Mészáros (2011 [1994]), as mediações primárias não exigem relações sociais hierárquicas para se estabelecerem e tem como objetivo assegurar a reprodução sociometabólica da espécie humana. A “reprodução”, não é simples repetição ou duplicação da “produção”, pelo contrário, “reprodução” antecede a “produção”. Assim, denomino as normas elaboradas na esfera da reprodução de “normas orientadoras”, que estão na base dos processos de decisão e contêm os princípios originais que fundamentam as decisões da sociedade. Emprego a expressão diferente de “normas reguladoras” (Feenberg, 2010; Mészáros 2011 [1994]) com o objetivo de especificar que as “normas orientadoras” antecedem os processos produtivos.

O princípio original de “fartura”, atrelado ao da “liberdade”, determinou a terra indivisa e os espaços de uso coletivo ou comunitário, desde a lavoura até a residência da família estendida. Os membros do coletivo costureiras autorregulam o ritmo mediante o limite do corpo, por exemplo. Quando indagadas sobre quantas horas elas trabalham por dia, respondem que páram de trabalhar quando a dor começa. Em outra ocasião, os membros da comunidade afirmam que “ninguém aqui morre de tanto trabalhar, mas trabalha para viver”, configurando um princípio original de norma orientadora, elaborado na esfera da reprodução. Elas estão em conformidade com a proposição do filósofo Ivan Illich (1979 [1973]) referente à concepção pelos técnicos de ferramentas “convivenciais”, e não de



produtos acabados, cujos princípios deveriam contemplar a concepção de ferramentas simples, o acesso equitativo a essas ferramentas, sua propriedade coletiva, a adoção de escala de produção ajustada às demandas das comunidades, o respeito à diversidade cultural e o controle pessoal sobre seu uso criativo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunidade Noiva do Cordeira viveu, desde os anos de 1940, antigas relações opressoras de gênero, mediante os rígidos preceitos religiosos. A superação das relações opressoras foi acompanhada pela elaboração de arranjos coletivos para garantir a sobrevivência do grupo, distanciando-o das situações de miséria e fome. A organização coletiva para a elaboração de novas normas sociais foi facilitada pelas relações de proximidade da família estendida. A precedência da reprodução sobre a produção evidencia-se de forma positiva, pois os seus membros se organizam coletivamente para garantir cuidado e proteção para todos. A despeito do preceito cristão de amor divino, presente nas falas dos informantes, a superação de formas opressoras de gênero e pobreza na comunidade fundamenta-se na capacidade de organização coletiva das mulheres de Noiva do Cordeiro. Em toda a comunidade, as terras da matriarca e os espaços de uso coletivo, como a Casa Mãe ou o refeitório comunitário, são de responsabilidade de todos. O uso coletivo dos espaços promove a atuação política dos membros da comunidade.

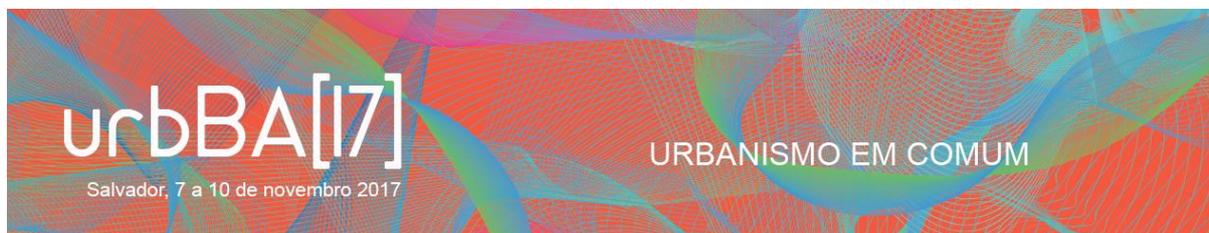
O fato de a comunidade não delegar para nenhuma instância externa, Estado ou Igreja, a busca de soluções de seus problemas, faz com que seus membros demonstrem engajamento político, sem a necessidade de formalizar suas atividades como fundação de associação ou a redação de atas de reuniões, instâncias sem sentido para os membros da comunidade. Essas situações indicam que a emancipação social ou política de um indivíduo ou grupo social articula-se com a elaboração coletiva de normas da esfera da reprodução.

REFRÊNCIAS

NOIVAS DO CORDEIRO. (2008). Direção: Alfredo Alves. Rio de Janeiro: GNT. (2h 42min). Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/tvmda/videos-view?video_id=12022899>. Acesso em: jun 2013.

KAPP, Silke; LINO, Sulamita Fonseca. (2008). Na Cozinha dos Modernos. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, v.15, n.16, 1o sem. 2008.

DÍAZ, Natalia Quiroga. (2010). ¿De que crisis estamos hablando? Cuestionamientos y propuestas a la política de activos desde la economía feminista y la economía social. In: CORAGGIO José Luis; COSTANZO, Valeria (editores). **Mentiras y verdades del «capital de los pobres»**. Perspectivas desde la Economía Social y Solidaria. Buenos Aires: Imago Mundi.



LEFEBVRE, Henri. (1991) [1974]: **The Production of Space**. Oxford (R.U.) e Cambridge.

MÉSZÁROS, István. (2006 [1970]). **A teoria da alienação em Marx**. Tradução Isa Tavares. São Paulo: Boitempo.

SOUZA, Marcelo Lopes. (2013). **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BOURDIEU, Pierre. (2010 [1989]). **O Poder Simbólico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

MARX, Karl. (2010 [1859]). **O Capital**. Crítica da Economia Política. Livro Primeiro. O processo de produção do capital. Volume 1. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 27. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

KAPP, Silke (2004). Autonomia Heteronomia Arquitetura. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 10, n. 11, p. 95-105, 2004. Disponível em: <http://www.mom.arq.ufmg.br/>. Acesso em: jul 2009.

HARVEY, David (2005 [2001]). El arte de la renta: la globalización y la mercantilización de la cultura. In: **Capital financeiro, propiedad inmobiliaria y cultura**. Barcelona: Universidad Autónoma de Barcelona.

SWYNGEDOUW, Erik. (2012 [2007]). A cidade pós-política. **E-metropolis**. n. 8. Ano 3. Março de 2012. p. 52-61.

MÉSZÁROS, István. (2011 [1994]). **Para além do capital**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. 1102 p. Título original: *Beyond Capital – Towards a Theory of Transition*. p. 175-346.

FEENBERG, Andrew. (2010). Ten paradoxes of technology. **Techne**. v. 14, n. 1. Blacksburg.

ILLICH, Ivan. (1973 [1970]). **Tools for conviviality**. Disponível em: http://www.opencollector.org/illich_hell.html. Acesso em: fev 2012.